



ReLePe



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

AS PESQUISAS ACERCA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SARESP: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES

Viviani Fernanda Hojas
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Brasil
E-mail: vihojas@hotmail.com

Trabalho de natureza teórica

Resumo: Neste texto apresento uma revisão sistemática de pesquisa desenvolvida com base em trabalhos acadêmicos que tiveram como foco de estudo o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). A síntese sistemática teve como objetivo elucidar os aspectos que têm sido enfatizados e aqueles que têm sido excluídos ou pouco explorados nas pesquisas. Para tanto, foram analisados 16 trabalhos acadêmicos (3 teses de doutorado e 13 dissertações de mestrado), produzidos entre os anos de 1998 e 2011. A investigação efetuada evidenciou que os pesquisadores não têm levado em conta as ações exercidas pelos atores envolvidos com o SARESP em suas análises. Neste sentido, torna-se indispensável a introdução de uma nova fundamentação teórica nas pesquisas, cuja perspectiva analítica abra possibilidades para a compreensão de processos que acontecem no interior das escolas.

Palavras-chave: Política Educacional. SARESP. Revisão sistemática.

Introdução

Neste texto apresento uma revisão sistemática de pesquisa desenvolvida com base em trabalhos acadêmicos que tiveram como foco de estudo o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)¹.

Os referidos trabalhos foram produzidos junto aos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) das principais universidades paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

¹ Uma revisão interessante sobre o tema também foi realizada por Oliveira Júnior (2013) na dissertação intitulada “Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011)”. A pesquisa, desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas), teve como objetivo identificar os impactos dessa avaliação nas escolas com base no estudo de dissertações e teses produzidas em diferentes Programas de Pós-Graduação entre 1996 e 2011. Os resultados mostraram 12 tipos de impacto, diagnosticados, em sua grande maioria, como negativos.

Sem o intuito de desconsiderar a contribuição de livros, artigos e textos apresentados em eventos científicos, a opção pela análise de teses de doutorado e dissertações de mestrado se deve ao fato de que, devido a sua estrutura, essas produções, em geral, apresentam reflexões mais aprofundadas acerca de uma temática.

De acordo com Davies (2007, p.32), ao identificar o conhecimento acumulado sobre um tópico ou uma questão, as revisões sistemáticas contribuem para as políticas e práticas baseadas em evidências e colaboram também para o direcionamento de novas pesquisas.

O autor explica que as revisões sistemáticas diferem de outros tipos de sínteses de pesquisas, como revisões narrativas tradicionais e revisões por contagem de votos², devido à maneira como formulam uma pergunta de pesquisa, a abordagem abrangente de investigação, a estratégia de diagnóstico crítico e a transparência dos critérios para incluir ou excluir estudos primários.

Em perspectiva semelhante, Gough (2007, p.62) argumenta que antes de desenvolver qualquer política, prática ou pesquisa nova, é essencial examinar o que outras pessoas já descobriram sobre o assunto. O conceito de revisão e síntese, em sua concepção, é essencialmente tão velho quanto a ideia de ciência, uma vez que envolve o desenvolvimento de ideias e teorias anteriores a partir de novo trabalho empírico e conceitual.

Gough (2007, p.66) ressalta que apesar de constituir uma tarefa comum entre estudantes e pesquisadores mais experientes, a formação acadêmica tem oferecido pouca orientação sobre como realizar uma revisão de literatura. Como resultado, muitas revisões, sobretudo aquelas desenvolvidas por estudantes com pouca experiência e habilidade, caracterizam-se por abordagens informais e pela ausência de procedimentos científicos explícitos.

Para o autor, assim como as conclusões da pesquisa primária dependem de metas e métodos, as conclusões de qualquer síntese de

² As revisões por contagem de votos tentam acumular os resultados de estudos contando aqueles que têm conclusões positivas, negativas e neutras. A partir da categoria com mais votos, tomada como conclusão modal, indica-se o meio mais eficaz de intervenção (DAVIES, 2007, p.43).



pesquisa (pesquisa secundária) dependem de objetivos e procedimentos, que precisam ser tão explícitos quanto aos da pesquisa primária.

Conforme Gough (2007, p.68-69) a síntese sistemática de pesquisa apresenta algumas etapas básicas, mas os dados utilizados em cada uma delas e seu tratamento podem diferir, são elas: 1) pergunta de pesquisa: estabelecimento do foco para o desenvolvimento da revisão; 2) quadro conceitual: pressuposto teórico presente na pergunta de pesquisa; 3) protocolo de revisão: metodologia que precisa ser declarada antes de realizar a revisão; 4) critérios para inclusão: no protocolo de revisão devem ser especificados os critérios utilizados para a inclusão dos estudos; 5) estratégia de busca: no protocolo de revisão é preciso detalhar também a estratégia de busca das pesquisas; 6) extração de dados: especificação do método utilizado para extrair dados relevantes para a síntese; 7) síntese: reunião dos resultados para responder à questão de pesquisa.

Tomando como base as etapas acima, ainda que sem segui-las de forma rígida, e considerando que as políticas educacionais, ao serem efetivadas, estão sujeitas a um processo de interpretação, foi delineada a seguinte questão norteadora para a presente revisão: as pesquisas sobre o SARESP desenvolvidas na área da educação consideram as ações exercidas pelos atores envolvidos com esse sistema avaliativo?

Tal questionamento tem como objetivo elucidar os aspectos que têm sido enfatizados e aqueles que têm sido excluídos ou pouco explorados nos estudos.

A localização das produções acadêmicas para síntese sistemática foi realizada mediante consulta aos bancos digitais de teses e dissertações dos diferentes PPGEs e aos catálogos *online* de suas respectivas bibliotecas.

O acesso aos estudos foi bastante facilitado, pois a maioria deles estava disponível eletronicamente. Algumas pesquisas, no entanto, por terem sido publicadas somente na versão impressa, foram emprestadas junto às bibliotecas das universidades onde foram produzidas.

O levantamento efetuado evidenciou a existência de um volume considerável de trabalhos acadêmicos relacionados à temática. Entretanto, a



partir da leitura dos resumos, foi possível observar que parte das pesquisas tratou o SARESP de forma tangencial e utilizou seus dados e provas para discutir questões pedagógicas ou curriculares.

Sendo assim, as teses e dissertações de caráter mais específico foram excluídas da análise e foram mantidas apenas aquelas que estudaram o sistema de avaliação paulista como elemento da política educacional desenvolvida no estado a partir de meados dos anos 1990 ou que abordaram as consequências dessa avaliação na organização do trabalho das escolas.

A revisão incluiu um total de 16 trabalhos acadêmicos (3 teses de doutorado e 13 dissertações de mestrado), produzidos entre os anos de 1998 e 2011, que foram lidos na íntegra para o estudo do debate acadêmico suscitado com a introdução do SARESP nas escolas da rede estadual de ensino paulista³.

Vale registrar que alguns trabalhos acadêmicos analisados também apresentam revisões de literatura sobre o tema. Entretanto, os pesquisadores parecem efetuar esse resgate mais com o intuito de incorporar as conclusões de pesquisas anteriores em suas análises do que de elaborar novas reflexões a partir delas.

O quadro a seguir apresenta os dados principais das teses e dissertações analisadas:

Quadro 1: Produções acadêmicas utilizadas na revisão sistemática

Título	Autor(a)	Instituição	Ano
Uma avaliação política do projeto SARESP	Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira	UNICAMP	1998
Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP: uma ação planejada	Maria Eunice de Paiva Pinto e Esteves	PUC/SP	1998
Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo SARESP	Jesse Pereira Felipe	PUC/SP	1999

³ Desde a primeira edição do sistema de avaliação paulista, a participação das redes municipais e de escolas particulares tem sido facultativa. Em caso de adesão, as provas aplicadas nas escolas administradas pelos municípios são custeadas pelo governo do estado, já as instituições privadas assumem as despesas referentes às provas.



Avaliar as escolas estaduais para quê? Uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000	Cristiane Machado	USP	2003
O sistema de avaliação de rendimento escolar do estado de São Paulo e os alunos negros das escolas estaduais da região de Piracicaba-SP	Rosana Túbero	UFSCar	2003
Os Propósitos e os impactos causados em uma escola na região de Assis pela implantação e pelas mudanças de rumo do SARESP 2001	Elianeth Dias Kanthack Hernandes	UNESP/ Marília	2003
Usos dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente	Adriana Bauer	USP	2006
Gestão educacional e sistemas de avaliação: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005	Hilda Maria Gonçalves da Silva	UNESP/ Araraquara	2006
Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): a educação a serviço do capitalismo	Denise da Silva Ribeiro	UNICAMP	2008
SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola de rede estadual	Lilian Rose da Silva Carvalho	USP	2008
Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na Avaliação Escolar: tensões, tendências e dilemas	Paulo Henrique Arcas	USP	2009
Avaliação externa: estratégia de controle ou inclusão?	Rita de Cássia Zironi Nallo	UNESP/ P. Prudente	2010
Políticas de bonificação de professores e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas	Melina Sant'Anna Alcantara	PUC/SP	2010
As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual: análise do SARESP como política de avaliação no estado de São Paulo, Brasil	Mariangela Camba	UNICAMP	2011
Usos e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista	Rodrigo Ferreira Rodrigues	PUC/SP	2011
Políticas públicas de avaliação do estado de São Paulo e as repercussões na prática pedagógica: SARESP em foco	Jociene Santos Peixoto	PUC/SP	2011

Durante a leitura dessas produções acadêmicas, foram feitas anotações à margem acerca das características comuns e das principais tendências de investigação observadas. Posteriormente, essas anotações reflexivas foram reunidas e incorporadas na síntese sistemática.

Cumprir registrar que a revisão efetuada não pode ser considerada completa e abrangente tendo em vista que, tal como mencionado anteriormente, o esforço analítico concentrou-se em trabalhos acadêmicos



selecionados segundo critérios específicos, de modo a responder a questão de pesquisa.

Ao longo do texto, são destacadas as principais contribuições das pesquisas e apontados alguns elementos que poderiam ser levados em conta nas análises e/ou que precisariam ser investigados com maior profundidade.

A indicação das limitações detectadas nos trabalhos acadêmicos, no entanto, não tem a finalidade de desqualificá-los ou invalidá-los. A intenção é apontar uma nova perspectiva de investigação no sentido de ampliar os conhecimentos acerca do desenvolvimento do sistema de avaliação paulista e das políticas voltadas para o setor educacional.

Objetivos e características gerais das pesquisas

A revisão sistemática revelou que desde a primeira edição, realizada no ano de 1996, o SARESP tem sido objeto de estudo de pesquisadores da área educacional, cujas pesquisas apresentam uma crescente e diversificada preocupação com o tema⁴.

Uma primeira característica que chamou a atenção nas produções acadêmicas analisadas é que a maioria dos pesquisadores não se posiciona contrariamente ao sistema de avaliação paulista.

Assim como as justificativas presentes em textos legais e documentos oficiais que tratam do SARESP, boa parte dos estudiosos argumenta que a avaliação apresenta um potencial importante, pois pode orientar a construção de um ensino público de maior qualidade e a melhor utilização dos recursos destinados ao setor, além de informar e envolver a sociedade nas questões educacionais.

As críticas e reflexões frequentes nos trabalhos acadêmicos giram em torno da ausência de comunicação entre diferentes instâncias que compõem o sistema estadual de ensino paulista e da maneira como os resultados da avaliação vêm sendo utilizados por essas instâncias.

⁴ Além das pesquisas desenvolvidas junto aos PPGEs, pesquisadores de diversos Programas de Pós-Graduação também têm se dedicado ao estudo do sistema de avaliação paulista.

Neste sentido, em linhas gerais, a premissa inerente aos estudos parece ser a seguinte: se forem corrigidas as deficiências identificadas no processo avaliativo e se os resultados da avaliação forem devidamente utilizados, o SARESP pode constituir um instrumento desencadeador de melhorias na qualidade do ensino oferecido nas escolas.

As primeiras pesquisas incluídas na revisão sistemática (OLIVEIRA, 1998; ESTEVES, 1998; FELIPE, 1999) foram desenvolvidas concomitantemente à introdução do SARESP nas escolas. Desse modo, de um lado, destacam a falta de aceitação e de comprometimento da equipe escolar em relação à avaliação. Por outro lado, apontam a carência de maior orientação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) aos profissionais das escolas e Diretorias de Ensino acerca dos princípios e ações que envolvem o sistema de avaliação paulista.

Para Oliveira (1998), que analisou os propósitos, os mecanismos, as estratégias, a viabilidade funcional e o potencial de efetividade do SARESP, a referida avaliação representa um salto qualitativo, uma vez que abrange todas as escolas da rede estadual de ensino paulista e busca criar uma cultura avaliativa fundamentada na avaliação formativa. Entretanto, a precária participação dos professores no processo de implantação torna o sistema de avaliação paulista um projeto educacional falacioso, que não subsidia a construção da autonomia nas escolas.

Esteves (1998), ao estudar as modificações realizadas na prática pedagógica a partir dos resultados oferecidos pelo SARESP em algumas escolas, afirma que o sistema de avaliação paulista constitui o primeiro passo para o desenvolvimento de ações voltadas a um ensino de melhor qualidade. Segundo a autora, algumas falhas ocorridas na primeira aplicação, realizada em 1996, provocaram o desenvolvimento de posturas negativas da equipe escolar em relação à avaliação. Já nas edições seguintes, promovidas nos anos de 1997 e 1998, os profissionais envolvidos se sentiram mais a vontade com o processo avaliativo.

Felipe (1999), que investigou os impactos do SARESP em algumas unidades escolares, identifica uma série de situações problemáticas que, em



sua concepção, impedem que o sistema de avaliação paulista ofereça à SEE/SP e à comunidade escolar um instrumento útil para repensar o ensino e aprimorar o seu padrão de qualidade. Conforme o autor, enquanto os diretores das escolas e a dirigente de ensino afirmaram que a avaliação propiciou um movimento de discussão nas unidades escolares, os professores e alunos disseram que não houve mudanças significativas nas aulas⁵.

Nos estudos subsequentes (MACHADO, 2003; TÚBERO, 2003; HERNANDES, 2003), permanece a ideia de que o sistema de avaliação paulista pode contribuir para o desenvolvimento de ações direcionadas à melhoria da qualidade do ensino. Com efeito, os questionamentos dos pesquisadores assumem novos contornos e se voltam, principalmente, para a utilização inadequada dos resultados do SARESP e suas eventuais consequências.

Machado (2003)⁶, que analisou as ações formuladas no âmbito das Diretorias de Ensino após os resultados do SARESP/2000, considera que esse tipo de avaliação pode servir como importante referencial na reflexão sobre o processo pedagógico das escolas. Para tanto, não pode se restringir ao estabelecimento de padrões de desempenho esperados dos alunos e a prestação de contas a partir de resultados de testes. Tais medidas, em seu entendimento, podem legitimar a desigualdade escolar e intensificar a seletividade nas escolas.

Túbero (2003), ao investigar o impacto causado pelo baixo desempenho de alunos negros no SARESP/2000 em algumas escolas e as mudanças promovidas em relação à metodologia de ensino, escolha de livros didáticos, planejamento de ações e reformulações de currículo, identifica que foram feitas apenas ações pontuais e fragmentadas. Segundo a autora, o tratamento dado

⁵ Anos mais tarde, o autor escreveu o capítulo de um livro no qual retoma algumas conclusões de sua dissertação de mestrado e aponta a utilização do SARESP como um elemento controlador do trabalho desenvolvido nas escolas. Para mais informações, ver: FELIPE, J. Sistema de avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo: ajuda ou obstáculo? In: CAPPELLETTI, I. F. **Avaliação de Políticas e práticas educacionais**. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2002.

⁶ Posteriormente, a referida tese de doutorado foi publicada em forma de livro. Para mais informações, ver: MACHADO, C. **Avaliar as escolas estaduais de São Paulo para quê?** Uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000. Curitiba: Editora CVR, 2010.

ao problema das variáveis que interferiram negativamente no rendimento dos alunos, em geral, limitou-se a uma publicação oficial, não havendo articulação entre os resultados da avaliação e o aprimoramento do projeto pedagógico da escola.

Hernandes (2003), que investigou os impactos causados pela mudança de procedimento adotada na realização do SARESP/2001 em uma determinada escola, aponta contradições entre os princípios norteadores da avaliação e a forma de utilização de seus resultados naquela edição. Na visão da pesquisadora, o processo avaliativo realizado em 2001 precisa ser revisto, pois a essência da avaliação se perde quando ela deixa de servir como norteadora da tomada de decisão político-educacional para ser utilizada como determinante do sucesso/insucesso do aluno.

Algumas pesquisas realizadas na sequência (SILVA, 2006; BAUER, 2006; CARVALHO, 2008; ARCAS, 2009; CAMBA, 2011) se propõem a avaliar a política de avaliação desenvolvida na rede estadual de ensino paulista, de modo a contribuir para o seu redirecionamento. A partir da investigação de ações realizadas no âmbito da SEE/SP, das Diretorias de Ensino e das escolas, em geral, concluem que o SARESP não tem propiciado as contribuições esperadas para o processo educacional.

Silva (2006), a partir de estudo no qual buscou apreender as principais características das avaliações aplicadas pelo SARESP entre 1996 e 2005, aponta que, embora tenha potencial para caracterizar-se como um sistema de avaliação para além da verificação do rendimento escolar, a centralização das decisões e o predomínio de instrumentos avaliativos constituídos por questões fechadas restringem consideravelmente a complexidade do sistema de avaliação paulista. Para a autora, a ausência de negociação com os atores envolvidos constitui um dos maiores entraves para que esse tipo de avaliação se caracterize como objeto de reflexão acerca da qualidade do ensino.

Bauer (2006) analisou o SARESP e o uso de seus resultados na formulação de ações de formação de professores em algumas Diretorias de Ensino a fim de apreender as iniciativas realizadas para que a referida formação seja aprimorada. A partir das informações reunidas em sua pesquisa,



a autora conclui que a articulação entre os resultados do sistema de avaliação paulista e a política de formação docente, da forma prevista em textos legais e documentos oficiais, ainda está por ser consolidada.

Carvalho (2008), que examinou o percurso trilhado por uma escola ao longo da edição do SARESP do ano de 2005, salienta que seu estudo não tem a pretensão de representatividade. O intuito, segundo a autora, é sinalizar pesquisas que aprofundem as hipóteses levantadas e que são fundamentais para o aprimoramento das avaliações em larga escala. Em sua concepção, embora a avaliação de sistemas possa ser a chave para o alcance de uma educação de qualidade, a utilização de seus resultados como direcionadores de políticas públicas e geradores de impactos positivos ainda se apresenta como fator dificultador.

Arcas (2009) tomou como o objeto de pesquisa o SARESP e o Regime de Progressão Continuada com o intuito de identificar como essas duas medidas têm incidido sobre a avaliação escolar em um grupo de escolas vinculadas a uma determinada Diretoria de Ensino. Dentre outras questões, o autor aponta que o sistema de avaliação paulista vem adquirindo centralidade na organização do trabalho escolar e tem fortalecido o desenvolvimento de práticas avaliativas baseadas na verificação de desempenho em detrimento da avaliação formativa, potencializada pela progressão continuada.

Camba (2011), que analisou a política de avaliação no estado de São Paulo com foco no SARESP, assinala que sua pesquisa visa contribuir com os interessados na área e fornecer subsídios para discussões e eventuais intervenções nas decisões políticas. Em sua concepção, toda política pressupõe avaliações com o propósito de intervir e fazer os ajustes necessários de modo a corrigir seu rumo. Entretanto, indica que embora o sistema de avaliação paulista não venha conseguindo atingir os objetivos propostos, sua estrutura tem permanecido sem significativas alterações.

Os demais estudos que tratam do SARESP (NALLO, 2010; ALCANTARA, 2010; RODRIGUES, 2011; PEIXOTO, 2011) apresentam algumas características já destacadas nas produções acadêmicas anteriores.



Com efeito, se dedicam, principalmente, ao desvelamento de algumas contradições que envolvem o sistema de avaliação paulista.

Nallo (2010), em estudo no qual buscou identificar as estratégias e intencionalidades dos sistemas de avaliação da educação básica brasileira, dá grande destaque ao SARESP. Para a autora, a avaliação é um instrumento que pode subsidiar tanto a equipe escolar quanto os políticos na elaboração de ações voltadas a melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, a proposta de bonificação dos servidores das escolas que apresentam resultados positivos no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), calculado a partir do desempenho dos alunos no SARESP e do fluxo escolar, caminha em direção contrária. Em sua concepção, a utilização de mecanismos de mercado como a competição, o sucesso individual e o estabelecimento de metas com vantagens monetárias podem reforçar a exclusão social.

Alcantara (2010) investigou algumas ações introduzidas no sistema de ensino do estado de São Paulo, a partir de meados da década de 1990, entre as quais o SARESP, com o intuito de identificar se tais iniciativas estão associadas às estratégias neoliberais difundidas pelos organismos internacionais para a educação dos países em desenvolvimento. Segundo a autora, seguindo as premissas do neoliberalismo determinadas pelo Banco Mundial (BM), a nova linha de gestão educacional adotada pela SEE/SP naquele período passou a enfatizar a meritocracia e pode ser considerada como a inserção efetiva da educação na lógica do capital. Em seu entendimento, um dos principais complicadores de medidas que valorizam excessivamente os resultados, em detrimento de outros aspectos relevantes para a análise do global do processo de ensino-aprendizagem, é a ocultação das condições que influenciam o desempenho das escolas.

Rodrigues (2011) teve como objetivo identificar, na opinião de professores das séries finais do ensino fundamental e médio de diferentes escolas, eventuais repercussões no cotidiano da sala de aula em função dos resultados obtidos no SARESP. Para o pesquisador, a avaliação de sistema pode ser uma aliada do processo educativo, se comprometida com os sujeitos, seus contextos e percursos. Entretanto, sua função ainda não está clara para a

comunidade escolar e, na maioria das vezes, acaba responsabilizando unilateralmente professores e alunos pelo fracasso nos resultados.

Semelhante ao estudo anterior, Peixoto (2011) investigou as repercussões do SARESP na prática pedagógica explicitadas por professores da 4ª série/5º ano do ensino fundamental de escolas pertencentes a uma determinada Diretoria de Ensino. Para a autora, as políticas de avaliação baseadas em testes estandardizados vão de encontro à produção teórica que concebe a avaliação como processo, em um viés qualitativo e formador. Em suas conclusões, aponta que o uso que vem sendo feito dos resultados do sistema de avaliação paulista resulta na culpabilização do professor e na pressão para que ele ensine apenas o que será cobrado no exame.

Apenas a pesquisa de Ribeiro (2008) se diferencia dos demais trabalhos acadêmicos incluídos nesta revisão sistemática por discordar explicitamente do sistema de avaliação paulista. Seu estudo foi desenvolvido com o objetivo evidenciar a relação normativa da regulação estatal pela via da avaliação a partir da análise do SARESP e da política educacional paulista. Neste sentido, a autora sustenta que o sistema de avaliação desenvolvido no estado de São Paulo faz parte de um conjunto de medidas governamentais que, pautadas no pensamento neoliberal, busca inserir a educação na lógica do mercado com vistas à perpetuação do capitalismo.

Apesar de reconhecer a pertinência da maioria das críticas apresentadas nas pesquisas incluídas na síntese sistemática, bem como a contribuição que suas reflexões e propostas podem oferecer para tornar o SARESP um instrumento mais efetivo em direção à melhoria da qualidade do ensino, é preciso se atentar para o fato de que as relações entre o âmbito acadêmico e a realidade educacional não são simples e, tão pouco, unidirecionais.

A esse respeito, Campos (2009) argumenta que a pesquisa não pode oferecer respostas prontas às escolas e sistemas de ensino. Segundo a autora, seus resultados constituem elementos importantes para subsidiar decisões relativas à educação, mas não podem ser incorporados sem mediações. Neste sentido, considera interessante o estabelecimento “[...] de um diálogo aberto, que nem sempre vai produzir consensos, mas que teria o potencial de



contribuir para avanços, tanto na prática pedagógica como na própria pesquisa.” (CAMPOS, 2009, p.282).

Algumas considerações e uma nova dimensão de investigação

O estudo mais detalhado de cada uma das 16 produções acadêmicas permitiu identificar que, apesar de tratarem o SARESP como um componente da política educacional desenvolvida no estado de São Paulo, ao analisá-lo, muitos estudiosos preferem utilizar autores da área da Avaliação Educacional e poucos adotam referenciais que apresentam uma interface mais direta com o campo da Política Educacional.

Tal fato por ser explicado, em grande medida, pela escassez de publicações nacionais que possibilitem a construção de um quadro de referência para a análise de políticas educacionais.

De acordo com Azevedo e Aguiar (2001), a área da Política Educacional é um âmbito de investigação relativamente novo no Brasil e ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes. As autoras explicam que a consideração e legitimação da referida área como campo investigativo, particularmente no que diz respeito ao tratamento das políticas de educação no contexto das políticas públicas, é bastante recente. Como exemplo, citam a tardia constituição do grupo de trabalho “Estado e Política Educacional” no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), ocorrida no final dos anos 1980, bem como a mudança, a partir de 1995, na denominação da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação para Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

Na mesma linha, Mainardes (2008) sustenta que no país ainda são poucos os textos que apresentam uma discussão ou fundamentação mais sólida sobre a análise de políticas educacionais e curriculares (CUNHA, 1991; DUTRA, 1993; SHIROMA et al, 2000 e 2005; BARRETO e PINTO, 2001; TEODORO, 2003; AZEVEDO, 2004; LOPES e MACEDO, 2006; MAINARDES, 2006).



Já na literatura em língua inglesa, segundo o autor, há uma diversidade de referenciais analíticos que trazem contribuições significativas para os estudos desenvolvidos nesse âmbito, como: a análise de políticas baseada na teoria do discurso (FULCHER, 1989), a abordagem do ciclo de políticas (BOWE *et al.*, 1992; BALL, 1994, 2006a), a análise dos contextos, textos e consequências das políticas (BACCHI, 1999), as discussões sobre a análise de textos de políticas (CODD, 1988), entre outros.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados nos trabalhos acadêmicos analisados, foi possível notar algumas semelhanças nas opções feitas pelos pesquisadores. Devido a esses aspectos comuns relativos à opção metodológica, as teses e dissertações foram ser classificadas em três grupos:

- 1) Estudos que refletem acerca do SARESP mediante a análise de legislações e publicações oficiais (SILVA, 2006; RIBEIRO, 2008; ALCANTARA, 2010, NALLO, 2010).
- 2) Pesquisas cujas análises se concentram em relatórios e boletins elaborados pelas escolas e Diretorias de Ensino ou em outros trabalhos acadêmicos que abordam a temática (OLIVEIRA, 1998; MACHADO, 2003; CAMBA, 2011).
- 3) Estudos que analisam dados coletados junto aos agentes envolvidos com o sistema de avaliação paulista (ESTEVES, 1998; FELIPE, 1999; TÚBERO, 2003; HERNANDES, 2003; BAUER, 2006; CARVALHO, 2008; ARCAS, 2009; RODRIGUES, 2011; PEIXOTO, 2011).

Em linhas gerais, a investigação efetuada no decorrer da revisão sistemática evidenciou que a comunidade acadêmica e os profissionais da educação têm à disposição um conjunto considerável de pesquisas que tratam do sistema de avaliação paulista.

Com efeito, apesar da utilização de diferentes procedimentos metodológicos, inclusive a coleta e análise de dados reunidos junto às diversas instâncias do sistema estadual de ensino de São Paulo, os pesquisadores não têm levado em conta as ações exercidas pelos atores envolvidos com o SARESP em suas análises.

Neste sentido, os trabalhos acadêmicos parecem ainda insuficientes para evidenciar o caráter processual das políticas educacionais e as interpretações que os profissionais da educação fazem de suas diretrizes.

Para o preenchimento da referida lacuna, é indispensável a introdução de uma nova fundamentação teórica nas pesquisas, cuja perspectiva analítica abra possibilidades para a compreensão de processos que acontecem no interior das escolas.

Os estudos desenvolvidos por Ball (2001; 2006b; 2011, entre outros), ao enfatizarem a maneira como os profissionais se organizam, pensam, compreendem e lidam com as diretrizes voltadas para a educação, trazem uma contribuição significativa para esse tipo de investigação.

Ball (2001) argumenta que a maioria das políticas são frágeis, podendo ou não funcionar. Em sua trajetória, elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e moduladas por meio de complexos processos que envolvem a produção e disseminação de textos e, em última análise, elas são recriadas no contexto da prática.

De acordo com Ball (2006b), a visão prevalecente nos estudos de políticas é a de que elas são “feitas” para as pessoas. Em sua concepção, no entanto, as políticas não dizem as pessoas o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou nas quais metas são estabelecidas. Dessa forma, uma resposta ainda precisa ser construída no contexto de implementação e isso envolve uma ação social criativa.

Ball (2011) não ignora o poder dos sujeitos e dos diferentes contextos locais na mediação, tradução e resignificação das políticas implementadas. Nesse sentido, defende que, mediante a atuação dos sujeitos e a intersecção dos fatores locais, pode ocorrer a subversão ao que é previsto por uma reforma educacional, ora viabilizando a construção de práticas mais progressistas, ora provocando efeitos ainda mais preocupantes em termos de desigualdades sociais.

Em síntese, para o referido pesquisador, o reconhecimento do papel exercido pelos diferentes agentes que põem em prática as políticas é



fundamental para a compreensão da complexidade que envolve esse processo.

Referências

ALCANTARA, M. S. **Políticas de bonificação de professores e indicadores de qualidade**: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARCAS, P. H. **Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na Avaliação Escolar**: tensões, tendências e dilemas. 2009. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. da S. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Orgs.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, Campinas: Autores Associados, 2001. p.71-87.

BACCHI, C. L. **Women, policy and politics**. London: SAGE, 1999.

BALL, S. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v.1, n.2, p.99-116, jul./dez. 2001.

BALL, S. J. **Education policy and social class – The selected works of Stephen J. Ball**. Routledge: London, 2006a.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006b.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETTO, E. S. de S.; PINTO, R. P. A avaliação de políticas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados. In: BARREIRA, M. C.



R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC -SP, 2001, p. 101-126.

BAUER, A. **Uso dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

CAMBA, M. **As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual: análise do Saresp como política de avaliação no Estado de São Paulo, Brasil**. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, v. 39, n. 136, p. 269-283, jan./abr. 2009.

CARVALHO, L. R. da S. **SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CODD, J. The construction and deconstruction of educational policy documents. **Journal of Education Policy**, v. 3, n. 3, p. 235-247, 1988.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration. In: THOMAS, G.; PRING, R. **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.

DUTRA, A. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de Janeiro de 1983 a 1987. **Cadernos de Pesquisa**, n. 85, p. 33-42, mai./1993.

ESTEVES, M. E. de P. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP: uma ação planejada**. 1998. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

FELIPE, J. P. **Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: SARESP**. 1999. 54 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

FULCHER, G. **Disabling policies?** A comparative approach to education policy and disability. London: Falmer Press, 1989.

GOUGH, D. Síntese sistemática de pesquisa. In: THOMAS, G.; PRING, R. **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 57-76.

HERNANDES, E. D. K. **Os propósitos e os impactos causados em uma escola da região de Assis pela implantação e pelas mudanças de rumo do SARESP.** 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Marília, 2003.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos.** São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, C. **Avaliar as escolas estaduais para quê?** Uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. A organização da escolaridade em ciclos no Brasil: uma análise de pesquisas sobre processos de implementação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Paulo, v.24, n.1, p. 13-29, jan./abr. 2008.

NALLO, R. de C. Z. **Avaliação externa: estratégias de controle ou inclusão?** 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, D. A. F. de. **Uma avaliação política do SARESP.** 1998. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PEIXOTO, J. S. **Políticas públicas de avaliação do estado de São Paulo e as repercussões na prática pedagógica: SARESP em foco.** 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, D. da S. **Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): a educação a serviço do capitalismo.** 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.



RODRIGUES, R. F. **Uso e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, H. M. G da. **Gestão educacional e sistemas de avaliação: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

TEODORO, A. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez, 2003.

TÚBERO, R. **O sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo e os alunos negros das escolas estaduais da região de Piracicaba**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.